

DEFESA DA REVOLUÇÃO E DAS LIBERDADES

«A defesa intransigente das conquistas da Revolução, nomeadamente as nacionalizações e a Reforma Agrária, que obviamente não poderão consolidar-se sem o controlo da produção pelos próprios trabalhadores», é um dos objectivos imediatos do Movimento Unitário dos Trabalhadores Intelectuais para a Defesa da Revolução, enunciado pelo seu manifesto, ontem divulgado em conferência de imprensa realizada na S. N. B. A.

Conscientes das condições inerentes à fase actual do nosso processo revolucionário, nomeadamente no seio do VI Governo, «onde estão largamente representadas forças comprovadamente contra-revolucionárias», cerca de quatro centenas de escritores, jornalistas, médicos, advogados, actores e outros trabalhadores intelectuais, subscreveram este manifesto, que aponta como objectivos imediatos, além do já citado:

«A defesa das liberdades

fundamentais da pessoa humana, tal como se acham consignadas na Carta das Nações Unidas, de modo a evitar-se que, em quaisquer circunstâncias, elas sejam ameaçadas;

«O repúdio absoluto da social-democracia, na medida em que este sistema político mais não é do que uma das formas de que se reveste o capitalismo, a exploração do homem pelo homem, e ainda porque, não tendo tal esquema qualquer viabilidade prática em Portugal, mais não seria do que um trampolim para o regresso ao fascismo e à mais violenta repressão;

«O repúdio claro e vigoroso de todas as manobras contra-revolucionárias que, servindo-se de uma forma ou de outra da pretensa «democracia pluralista», possuem por causa as conquistas concretas da revolução portuguesa em direcção ao socialismo;

A convicção de que a fase do actual processo revolucionário em curso não consente por muito tempo a conciliação

de exploradores e explorados, na medida em que: só pela repressão se pode conciliar o irreconciliável; a eventual repressão tem já tendência a ser contra as classes trabalhadoras e as mais desfavorecidas; pelo que, a repressão contra-revolucionária devem os trabalhadores responder com a violência revolucionária;

A institucionalização da vigilância popular em organismos unitários e nacionais para a defesa da revolução;

O reforço do poder popular, através de todas as suas organizações, criadas e a criar, nas quais este Movimento entende dever enquadrar-se;

E, a terminar, afirma-se no manifesto, lido pelo dr. João de Freitas Branco, antigo director do Teatro de São Carlos e ex-secretário de Estado do V Governo:

«Vivemos uma revolução com a qual têm tudo a ganhar, desde logo, os trabalhadores no caminho da sua liberdade, o socialismo. Mas por isso mesmo, aqueles sectores sociais, tais como a pequena burguesia e muitos sectores da média burguesia, com ela também se libertam dos maiores exploradores do País, que igualmente os oprime.

Pelo exposto, concluímos que, na actual fase do processo revolucionário, se deverá apontar, decidida e decisivamente para a luta de classes — definida esta no momento actual pela intransigente oposição ao monopolismo e ao imperialismo — e isto através da indispensável unidade de todas as forças consequentemente progressistas e do reforço crescente dos órgãos do poder popular à todos os níveis: operários, camponeses, pescadores, soldados, marinheiros e outros trabalhadores entre os quais nos incluímos.»

A partir de hoje, o M. U. T. L. D. R. passa a realizar sessões públicas, todas as terças-feiras, às 21 e 30 horas, na S. N. B. A., para que «os trabalhadores intelectuais, publicamente, debatam os assun-

tos mais graves da conjuntura política e social portuguesa».

Fernando Lopes Graça manifestou o desejo de que essas reuniões sejam mais concorridas: «Até agora — e já fizemos três — temos tido grande participação dos intelectuais. Gostaríamos que os outros, os que não se consideram intelectuais, também viessem, para discutirmos todos estes problemas em conjunto.»

Pretende-se, segundo acrescentou Casimiro de Brito, «destruir as barreiras entre os trabalhadores intelectuais e manuais», mentendo o País informado das conclusões através dos meios de comunicação social ao seu alcance. «Se, por qualquer razão, tivermos dificuldade em obter o apoio dos órgãos de comunicação, faremos panfletos, vamos para a rua, vamos para o campo. O que não podemos é consentir que haja um milímetro de recuo na revolução portuguesa».

Entre os aderentes ao Movimento Unitário dos Trabalhadores Intelectuais para a Defesa da Revolução, contam-se: Maria Lamas, José Gomes Ferreira, Fernando Lopes Graça, Oscar Lopes, Armando de Castro, Isabel da Nóbrega, Bernardo Santareno, Blasco Hugo Fernandes, Duarte Vidal, E. M. de Melo e Castro, Fernando Luis Soares, João de Freitas Branco, Luís Francisco Rebelo, Pedro Ramos de Almeida, Sérgio Ribeiro, José Viana, Carlos Porto, Alexandre Babo, Artur Semedo, Carlos Peredes, Artur Ramos, Correia da Fonseca, Mário Castrim, Alexandre Cabral, Manuel Gusmão, Carlos Pinhão, Maria Velho da Costa, Fernando Grade, José Carlos Ary dos Santos, Manuel da Fonseca, Baptista Bastos, Jacinto Batista, Pedro Alvim, Alice Nicolau, Manuel de Azevedo, Luís Filipe Costa, Luís Sitau Monteiro, Rogério Paulo, José João Louro, Ermelinda Duarte, António Montez, Henrique Viana, Francisco Nicholson, Fernando Tordo, Henriqueta Maya, Maria do Céu Guerra e Maccista Malheiros.